



2018

PROMOÇÃO DA SAÚDE EM DEBATE:

VIII FORUM DE DISCUSSÃO SOBRE DROGAS: Dialogando com adolescentes
V Seminário Científico do Programa de Pós Graduação em Promoção da Saúde da UNISC
I mostra regional das Práticas Integrativas e Complementares

ISSN 2447-8075



69897 - EDUCAÇÃO PERMANENTE NA REDE MUNICIPAL DE ATENÇÃO À SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Área de Conhecimento: Área da Saúde

INTRODUÇÃO: A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, criada no ano de 2007, estabelece orientações e diretrizes que incorporam o aprender e o ensinar ao cotidiano dos serviços. Tem a finalidade de aperfeiçoar as práticas profissionais e a organização do trabalho, contribuindo para a construção do SUS através da qualificação dos profissionais. Neste contexto, a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS, instituída em 2012, objetiva a ampliação, qualificação do cuidado no atendimento prestado e a articulação dos serviços de reabilitação com a rede de atenção primária e outros pontos de atenção especializada. **OBJETIVO:** identificar ações e sugestões de educação permanente na rede de atenção à saúde, com enfoque na pessoa com deficiência. **METODOLOGIA:** Este estudo possui abordagem quantitativa exploratório-descritiva e trata-se de um recorte da pesquisa “Análise da implementação da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência na 28ª Região de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul” vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde (GEPS) da Universidade de Santa Cruz do Sul. O projeto cumpriu os requisitos éticos da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul, sob protocolo número 1.300.666/15 e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A coleta de dados foi realizada com secretários municipais de saúde, de maio a outubro de 2016 em 10 municípios. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário composto por sete questões. Os resultados foram organizados em tabelas e analisados em frequências absolutas e relativas. **RESULTADOS:** Os sujeitos eram, em sua maioria, do sexo feminino (n= 06), com idades entre 40 e 50 anos (n= 04), casados (n= 07), com ensino superior (n= 04) e exercendo a função de secretários municipais de saúde há menos de um ano (n= 05). Os resultados apontam que grande parte (n= 07) dos sujeitos relatou que os profissionais de seus municípios não participaram de nenhuma atividade de educação permanente voltado à saúde da pessoa com deficiência no ano de 2015. Como sugestões de temas para a realização de ações de educação permanente, com enfoque à pessoa com deficiência, os sujeitos (n= 06) trouxeram assuntos como: direitos e prerrogativas das pessoas com deficiências; inclusão; libras; acesso aos direitos; cuidados, prevenção, tratamentos e encaminhamentos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A partir dos resultados, identificou-se a inexistência de ações de educação permanente nos municípios investigados. As temáticas sugeridas pelos secretários municipais de saúde priorizam abordagens voltadas aos direitos e inclusão das pessoas com deficiência. Sob essa perspectiva, verifica-se a necessidade de implantação das políticas que contemplem a educação permanente e a atenção à saúde das pessoas com deficiência.

Autor - Guilherme Mocelin

Coautor - Suzane Beatriz Frantz Krug

Coautor - Ana Gabriela Sausen

Coautor - Maria Carolina Magedanz

Coautor - Camila Dubow

Coautor - Leni Dias Weigelt